

ENTRE LUGARES TRANSAMAZÔNICOS: UMA CARTOGRAFIA DA INEXISTÊNCIA?

Wallace Wagner Rodrigues Pantoja (SEDUC-PA/UNB)

O artigo tem foco central na relação entre conhecimento científico e realidade do lugar, bem como as repercussões geopolítica desta relação, haja vista que o debate sobre o impacto das representações geográficas sobre os espaços, pode auxiliar no esclarecimento de como são pensadas as estratégias de desenvolvimento para os mesmos. Objetivo problematizar o saber geográfico que informa o ambiente e a vida humana à beira da Transamazônica. Parto de uma metodologia de base fenomenológica para dar visibilidade à fragilidade do diálogo entre a vida nos lugares e o conhecimento científico e reproduzido no plano educativo sobre tais lugares, a saber: os grupos de pequenos produtores que vivem entre Pacajá e Anapu, no estado do Pará. Realizo pesquisa de campo (ainda em curso), desde 2012, na modalidade observação participante, registros imagéticos, entrevistas e pesquisa bibliográfica sobre o tipo de saber científico e educativo acerca do espaço de pesquisa. Concluo que há uma distância profunda entre o saber e o viver, em função de uma não prioridade da escala do lugar no conhecimento padrão do território, bem como uma despersonalização dos indivíduos e grupos que vivem à beira da Transamazônica, somado à manutenção de uma imagética ambiental que não condiz com a realidade, ensinada nos livros didáticos que, inevitavelmente, decretam a inexistência dos que deles se servem, as crianças e professores que se educam nestes lugares, passam a ser pano de fundo para a estrada, objeto centralmente valorizado no saber geográfico e na geopolítica do espaço transamazônico paraense.

Palavras-chaves: Conteúdos educativos transamazônicos. Geopolítica. Geograficidade.

A paisagem cultural amazônica¹ é, desde muito tempo, tema central da Geografia – de Humboldt, passando por Monbeig, até o presente – a criação geográfica da paisagem amazônica tem uma genealogia.

Proponho aqui um exercício não histórico, se por histórico entendemos a constituição de uma coerência forte das ações através do tempo pelos seres humanos que produzem paisagens geográficas, proponho um exercício de filiação, descortinar uma repetitividade sempre renovada do que seriam “paisagens geográficas amazônicas”. Vou delimitar o tema para deixa-lo mais didático e preciso, no referente concreto (ou pseudoconcreto?) da Transamazônica, entre os municípios de Pacajá e Anapu, estado do Pará.

O *entre lugares* do título, é uma construção teórica ainda em processo, intencionalmente constituída para interpretar a geograficidade (DARDEL, 2011) em trânsito, normalmente não representada na cartografia territorial, porque é a lugaridade (RELPH, 2012) entre os pontos, por exemplo, entre as cidades de Pacajá e Anapu. Neste caso, falo das vicinais (alguns chamam ramais), as pequenas estradas que começam, talvez seja melhor dizer terminam, na Transamazônica, adentrando a floresta em um movimento quase infinito para suas entranhas.

Farei uma contextualização de elementos importantes do *entre lugares transamazônicos*, enquanto realidade cotidiana “inexistida” na paisagem cultural (trans)amazônica criada pela

¹ Este texto é um aprofundamento da fala proferida em evento em Belém do Pará, na Universidade da Amazônia (UNAMA), em 20/10/2014. As duas últimas sessões é uma reformulação de um artigo em coautoria com Herique H. Reis (UFPA), em livro que será publicado em breve.

ciência geográfica, não representada na cartografia acostuada a linhas e *loci*, questão central do meu segundo movimento. Na segunda parte, diálogo com a geografia acadêmica, informante dos livros didáticos nacionais, que exerce o poder-saber criador da imagética transamazônica, o que nos possibilita questionar uma genealogia da *icono-geografia amazônica*. Partimos da premissa de Max Weber, de que o dever do cientista social é exagerar, porque ao fazê-lo expõe frontalmente àquilo que estava em sombras. Não farei uma conclusão fechada, apenas deixo evidente o contraste entre a geograficidade vivida e a geografia acadêmica, expondo algumas repercussões importantes para os lugares à beira da estrada.

Entre Lugares Transamazônicos

Pacajá e Anapu, no estado do Pará, podem ser definidos como “pequenas cidades”. Não despertam qualquer importância geográfica em termos nacionais ou regionais, embora alguns bons estudos destaquem a singularidade dos lugares transamazônicos (MUELLER, 1975; SILVA, 2008; BRITTO, 2010; NETO, 2012). Pouquíssimos na Geografia, que eu conheça – limite óbvio e quase nunca confessado de qualquer pesquisador. Sobretudo, nenhum explicitando a disjunção entre o conhecimento e a concretude da vida na Transamazônica, nas vicinais, seja entre Pacajá e Anapu ou outras realidades cortadas e constituídas a partir da estrada.

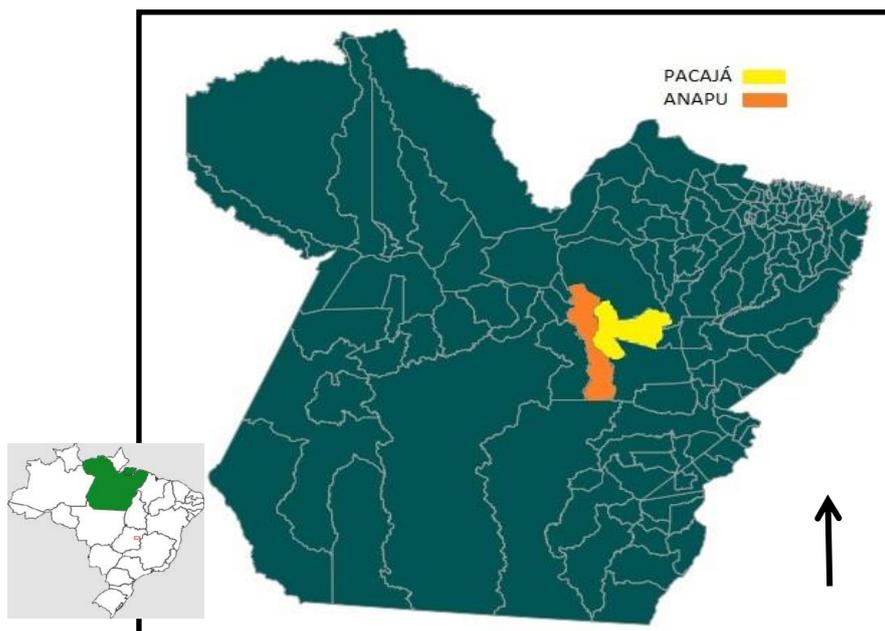


Figura 1 - Municípios paraenses de Pacajá e Anapu, cortados pela Transamazônica. Elaborado pelo autor a partir do Web cart beta, no site do IBGE, 2014.

Quando falo dos lugares em questão, os trabalhos produzidos assumem posicionamentos curiosos: a) tematizam a vida cotidiana específica do presente como um contraponto à memória nacional do passado (SOUZA, 2012); b) questionam o homem amazônico genérico (NAHUM, 2012), sem o enfrentamento da questão concretamente, a partir da espacialidade transamazônica; c) Culpabilizam o Estado pela situação atual, tendo em vista o devir histórico, porém, quase nunca questionam o saber que informa as ações do Estado.

Aposto como exceções os trabalhos de Educação do Campo (HAGE, 2005, 2013; PEREIRA, 2005), de Agricultura Familiar (BRITTO, 2010; NETO, 2012) e de Antropologia (SILVA, 2008; entre outros). Todavia, o espaço, nestas pesquisas, é tratado como simples palco²; sem significação central além de quadro físico, ao que venho criticando e ressignificando em função da pesquisa de doutorado (PANTOJA, 2012, 2014).

O que chama a atenção neste raquitismo de pesquisas, tendo o espaço geográfico como referente central, é que a Transamazônica (BR-230) desde a origem da ideia de sua construção até hoje, assumiu a posição de símbolo-síntese do projeto integrador da região ao território nacional (TAMER, 1970; PEREIRA, 1971; GONÇALVES, 2001). As vicinais, materialização do *entre lugares*, desaparecem como existência, sobrando apenas uma imagem congelada, um arremedo de representação generalista, o que autoriza Souza (2012) questionar a operação histórica de desaparecimento de 1 milhão de brasileiros que migraram pela estrada e para suas bordas.

Entre a generalização do espaço e a generalização do homem, há a existência em sua inesgotabilidade humana (JASPERS, 2011). Existe, antes de qualquer concepção e representação, a vivência espacial, podendo nos revelar elementos, via interpretação, sobre a constituição deste *entre lugares*.

Em primeiro lugar, embora a ordem não seja hierárquica, destaco a presença de uma cultura feita de uma profusão de *sedimentos culturais* (HUSSERL apud BELLO, 1998), articulada pelos grupos e indivíduos até na produção de outra linguagem, como ficará mais explícito nas falas dos homens e mulheres vicinais.

Podemos tentar reconstituir contextos significativos Maranhenses, Cearenses, Bahianos, Gaúchos, entre outros. Porém, há uma criação nova, uma sedimentação, marcadamente migrante, movente. O lugar é constituído num deslocamento entre paisagem e gente, que se encontram, violentamente, desde os fins dos anos 70, momento de construção da estrada, quando o INCRA³ desenvolveu projetos de ocupação dirigida, incentivando ou trazendo nordestinos para ocupação do trecho entre Marabá e Altamira⁴. Surgem pontos de parada na longa e desgastante travessia pela “lama e poaca (poeira)”, marcos dos povoados de Pacajá e Anapu.

Meu pai era piauiense, o meu avô também./O meu bisavô cearense, o meu tataravô baiano/Meu maestro soberano foi o meu tio/Quem inventou esta canção foi Irlsene Teixeira Franc-Elin./Vindo diretamente do estado de Tocantins/Atualmente, moro na vila Suribim./Pois faço muita amizade principalmente com os vizinhos/Ali onde eu moro há tantas complicações./Nas estradas e travessões é lama no inverno/É poeira no verão. Mas estamos esperançosos/Para estas situações melhorarem./Pois esperamos que um

² Para sermos justos, há discussões em torno do espaço em muitos destes trabalhos, porém, tais discussões, seja por não ser foco da pesquisa ou por uma fragilidade no entendimento do que é o espaço geográfico, acabam por empobrecer a perspectiva espacial. O trabalho de Almeida (2011), intitulado *A participação de agricultores familiares no processo de recuperação de áreas alteradas na região do Xingu, Estado do Pará*, discute de maneira mais qualificada o que é espaço e, principalmente, espaço rural. Porém, como não é a centralidade da pesquisa, a discussão é apenas anunciada, ao longo do trabalho o espaço passa a ser área.

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Esta instituição ainda atua hoje em projetos de colonização na Amazônia.

⁴ A noção, que ainda luta para se constituir em conceito, na geografia, que designa estes “pontos” é cidade média, não entraremos no mérito deste debate urbanocêntrico.

dia os governantes possam/A transamazônica asfaltar pois aqui é/pedacinho do Pará onde estou a batalhar⁵.

Nesse cruzamento de gentes, estrada e floresta, começa a sedimentação, nunca acabada, de uma *cultura de trânsito e pausa*⁶. Um contexto significativo de trânsito porque formada por migrantes, muitos com o sonho despedaçado de uma nova terra, tendo que abrir a mata “na picada” e se deslocar constantemente entre vicinais, acampamentos mantidos pelo INCRA e disputas pela terra.

Sou maranhense legítima [risos]. Na época eu vim pra cá, não porque tivesse tão mal lá na minha região, é motivo que tinha um tal do marido [feição contrariada], porque tinha que acompanhar pra num separar [novamente feição contrariada], então foi este o motivo [faz um gestual para o seu neto, um bebê, fazer silêncio durante a entrevista]. [...] A população que chegou primeiro era de cearense [gestual com a mão indicando uma graduação] esse povo de lá de fora, quando eles via que aquilo ali eles não conseguia, muitos dele ia embora que não fechava nem a porta da casa.⁷

Sou de Jordânia, uma cidade divisa da Bahia. Mineiro, uai! [riso discreto][...] Aí tavam colonizando a Transamazônica em 72, né? [...] Aí o governo deu o lote pro colono [faz um gesto de entrega com as mãos] e prometeu olha, eu vou dá o lote pra vocês, vou dar financiamento, vou dá residência, vou dá escola, asfalto e energia [conta nos dedos cada promessa]! [o galo canta] [...] 72 pra 2012, quantos anos? [...] É poucos aqui na região que usufruiu o que o governo prometeu, uns morreu, outros vendeu e não aguentou [gesto de dispersão enfático com as duas mãos] foram embora⁸.

[Viemos] Caçá milhora [riso discreto] nós morava lá [Goiás] e morava na terra dos outros. A vontade era vir comprá terra no Pará. [...] Mas aí o medo, nesse tempo o Pará era perigoso, [...] o pessoal falava *vixe!* Você mora longe demais, mora no Pará, é muito distante. [...] Nós chegemo e gostemo! [riso discreto] [...] No tempo que nós chegemo em 79, o INCRA veio em 80 assentando, mas nós compramo a posse lá no 320 [vicinal em Pacajá]⁹.

Um contexto significativo de pausa porque há longos períodos de “estar aqui”, entre as partidas (espontâneas e/ou pressionadas), de se encontrar antes de desencontrar, de permanecer – pela necessidade e apesar da necessidade – e desistir de ir mais fundo ou mais longe. Os entrevistados tomam atitudes de pausa, por conquista da terra, por estar junto aos parentes em um lugar, por acreditar que vale o sacrifício ou simplesmente porque não há mais forças para se deslocar.

É possível aproximar este contexto de pausa da afirmação de Tuan (2013, p. 219), na qual “O lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar”.

⁵ Irislene Teixeira Franc-Elin, Anapu, 2004. Poema Extraído Relatório da Educação Cidadão da Transamazônica – I Etapa de Formação dos/as Educadores/as das séries iniciais – Anapu e Pacajá (CORDEIRO, 2012, s/p).

⁶ Cabe ressaltar que penso cultura como um contexto significativo aonde as coisas e relações podem ser compreendidas, tal qual propõe Geertz (1989). Portanto, um sistema de significados que possibilitam o entendimento do mundo e sua comunicabilidade. O sistema não é fechado ou estático, mas dinâmico e, acrescentaria eu, mais fluido nos espaços de intensa migração e trânsito, como é o caso entre Pacajá e Anapu, o que não coincide completamente com a teoria de Geertz, mas também não a contradiz frontalmente.

⁷ Maria Lopes do nascimento, 68 anos [na ocasião da pesquisa, como será referenciada a idade dos entrevistados daqui para frente], moradora de Pacajá, professora aposentada. Entrevista realizada em 29/04/2012.

⁸ Ideltrudes Antunes Figueiredo, conhecido como Seu “Chinha”, 78 anos, morador de Pacajá, antigo e ex-pequeno produtor. Entrevista realizada em 29/04/2012.

⁹ Gilberto Dias Pereira, 47 anos, morador de Pacajá, produtor agrícola de médio porte. Entrevista realizada em 29/04/2012.

Entretanto, não me parece que o lugar seja essencialmente um conceito estático, ou uma pausa, no caso da realidade *entre lugares*. Obviamente, Tuan não ignora o tempo e o movimento no lugar, mas a dinamicidade do *entre lugares* escapa a sua proposta de relação lugar-tempo¹⁰.

Na Transamazônica, ao menos no espaço que estou desenvolvendo a pesquisa, os lugares são, dialeticamente, pausa e movimento, fechamento e abertura, encontro e desencontro. Expressão concreta de um espaço-limite da vida, constituído no movimento e em reunião, copresença e coexperiência (GIDDENS, 1989) e, portanto, cheio de limitações cotidianas (HÄGERSTRAND apud MONT'ALVÃO, ELBERT, SOUZA, 2011). O lugar em sua relação íntima com o tempo, numa perspectiva que se aproximação do *tempo-geográfico*¹¹, impede uma abstração generalista e, por outro lado, é altamente potencializador de relações vivas, descrições densas (GEERTZ, 1989) e contextualmente reveladoras.

Esta relação nos leva aos dois outros elementos do *entre lugares* que quero destacar: o rural como centralidade da vida e a solidariedade como política na autoprodução dos lugares.

O rural como centralidade da vida, tendo a terra como fonte de recurso e valor, mas também fonte de significado existencial, numa quase indissociação entre homem/mulher e sua terra. Não ignoro a introdução das relações capitalistas (HERRERA, 2012) e a expansão da dita "fronteira produtiva" (BECKER, 2000) na lugaridade das vicinais, privatizando-as, produzindo choques violentos entre moradores e fazendeiros, madeireiros ou garimpeiros.

Entretanto, para estes moradores, a terra assume valores não estritamente materiais, repercutindo diretamente no sentido de lugar que constroem porque "Acredito que diferentes lugares só podem ser feitos por quem vive e trabalha neles, pois são tais pessoas que conseguem entender de forma conjunta as construções, atividades e significados" (RELPH, 2012, p. 26).

A minha terra é só essa aqui que eu tenho [...] por eles [IBAMA] já não posso derrubar mais nada [...] já tem que recuperá. Então [olha para a estrada, pensativo], eu não tenho maquinário, né? Pra poder beneficiar a terra, pra poder prantar. [...] Há três, quatro anos atrás aí, nós fizemos uma lavoura grande de arroz [...] e quando parou, que foi a hora que eles apertaram mesmo [fecha os dois punhos num movimento forte para baixo], o IBAMA, aí eu parei de fazer roça, aí tamo comendo essa produção de lá até aqui, em arroz. Feijão é "no compra" ou então meu menino mais novo faz um abafado aí na terra dos vizinhos [faz um movimento como que espalhando a semente na terra], pra colhê aquele feijãozinho pra í comendo [...] Vontade pra sair pra outro canto assim tenha mata pra trabalha, já tô velho, mas ainda tinha vontade, viu? Devido não tê condição de comprá maquinário pra trabalhá nesse lote aqui.¹²

¹⁰ Tuan aponta três formas de relação entre lugar e tempo: movimento e fluxo, afeição pelo lugar como uma função de tempo; lugar como lembrança de tempos passados (2013, p. 219).

¹¹ Segundo Hägerstrand, tempo e espaço não podem ser analisados separadamente, uma vez que tempo é necessariamente despendido em ambientes. Todavia, devem ser encarados como recursos limitados e que condicionam as capacidades do indivíduo. Assim, deve-se considerar a relevância das precondições físicas que influem diretamente na alocação do tempo, como os indivíduos subjetivamente percebem-nas e como tal percepção influi nas alternativas de ação. O geógrafo alerta para a existência de determinantes críticos que limitam o comportamento no tempo-espaço: a) indivisibilidade do corpo humano; b) finitude da duração da vida do agente humano; c) capacidade limitada dos seres humanos de participar em mais de uma tarefa simultaneamente; d) o fato de que movimento no espaço é também movimento no tempo; e) limitada capacidade de "acondicionamento" no tempo-espaço: dois corpos humanos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço; f) tempo como recurso fundamentalmente escasso (HÄGERSTRAND apud MONT'ALVÃO, ELBERT, SOUZA, 2011, p. 194).

¹² João Batista Pedreira Lima, 62 anos, pequeno produtor, casado com Joana, município de Pacajá, próxima a vicinal Ladeira da Velha. Entrevista realizada em 30/04/2012.

Eu digo João tu já tá no tempo de tu onde chega, fica [levanta a mão direta, fecha e depois abre], porque além de ser velho já tá com problema nessa perna [aponta para a perna de João].[...] eu brigo com ele pra se aquietá, mas não se aquieta! Agora é de tempo de tu aquietá! [...] O teu lugar aqui e ficá quieto [mão em riste], só fazê horta e plantá, com verdura [faz movimento com as mãos como que rodando] e agente comê¹³. Eu queria vir. Morava num lugar muito ruim. Eu pedia a Deus todo dia para sair lá daquele lugar [levanta a mão enfática], era custoso. [...] Aí a malária pegou nós [...] você vinha no pé [levanta a mão novamente enfática], 5 km no pé com as crianças nos braços [...] aí eu ia com dois, quando chegava no outro dia tinha dois caído de malária [movimento de ida e volta com as mãos], deixava [...] e pegava mais dois e os vizinhos tomavam de conta. [...] O João comprou um burro [...] botaram no nome ambulância [porque carregava os doentes da vicinal] [levanta a mão como se pegasse algo e colocasse em outro lugar]¹⁴.

Há muitas outras falas que poderíamos destacar, mas penso que as deste casal transamazônico são significativas para explicitar o valor da terra e do espaço relacional. Enquanto para a mulher o lugar significa “ficar quieto”, embora ela no passado quisesse vir (movimento), para o homem o lugar significa “vontade de sair para trabalhar na mata”, óbvio que não é um padrão de gênero, ou até seja, mas quero destacar o sentido de lugar constituído numa negociação do casal entre pausa/movimento, não tão enfatizando por Tuan (2013, originalmente 1977).

Ser dono da terra significa mais do que plantar e colher, ou melhor, o que entendemos por plantar e colher tem um sentido diferente para os vicinais, porque não é um movimento do pensamento – fruto de nossa reflexão algo distanciada acerca destas atividades – mas uma ligação forte, de razão e fé, de objetividade e subjetividade, de imbricação entre ser e ambiente.

Rolph (2012, p. 29) argumenta que “O ser é sempre articulado por meio de lugares específicos, ainda que tenha sempre que se estender para além deles para compreender o que significa existir no mundo”. Não vou entrar no debate infundável – porque precisa ser infundável – do ser, apenas vou enfatizar que um entendimento da vida no *entre lugares transamazônicos*, exige ultrapassar a compreensão acerca do plantar e colher, de produzir, tal qual acreditamos que conhecemos. Existe aí uma ligação de cunho mais espiritual, fundamental inclusive para pensar novas formas de produção preocupadas com o ambiente amazônico.

Há um sentido de produzir na terra, que é produzir a terra e, ao mesmo tempo, (re)produzir-se – alimentar os filhos e sentir que se tem força para viver independentemente, sustentar os seus a partir de um chão. Eu diria que há uma espécie de ritualização na constituição destes lugares (ou territórios, alguns dirão), na medida em que:

The territory begins with ritual. Indeed the territory is the most immediate of rituals. One feels it all the better when it is physical, for instance when one is walking – hence the significance of pilgrimages toward sanctuaries (secular or religious). Pilgrimages may be the first ritual practice ever invented by human beings or, to paraphrase Luc Bureau, their first resonance with the earth (BONNEMAISON, 2005, pp. 118-119).

¹³ Joana Albuquerque Lima, 61 anos, pequena produtora, casada com João, município de Pacajá, próximo a vicinal Ladeira da Velha. Entrevista realizada em 30/04/2012.

¹⁴ Joana Albuquerque Lima, 61 anos, pequena produtora, casada com João, município de Pacajá, próximo a vicinal Ladeira da Velha. Entrevista realizada em 30/04/2012.

O ritual começa com a peregrinação em busca da terra, “desbravá-la”, como muitos entrevistados nos comunicaram, querer ir além, para fazer seu próprio lugar e fazer-se nele. Não é possível romantizar completamente – sabe-se que muitos processos de peregrinação começam com expulsão e/ou perda de outras terras, outros lugares¹⁵. Todavia, o movimento de peregrinar é central no sentido de lugar nas vicinais, buscar novas terras para produzir, na fala dos transamazônicos. Primeira ressonância com a terra, não a deveríamos ignorar nos processos de interpretação geográfica que, muitas vezes, tentam congelar o quadro e o momento dos que migram.

Os conflitos são cada vez mais explosivos nas vicinais entre Pacajá e Anapu, os de projeção mundial, como o assassinato da irmã Dorothy Stang, que tinha um trabalho junto à famílias de pequenos produtores de Anapu, no PDS Esperança (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), entrando em conflito com grandes fazendeiros da região. E há os lugarizados, inexistentes no debate nacional.

Conflitos cotidianos, como entre as famílias de assentados nos Núcleos definidos pelo INCRA na vicinal Cururuí, em Pacajá, onde foi descoberto ouro em 2013, o que implicou uma disputa feroz entre assentados e garimpeiros, ainda sem resolução.

O fato é que viver nas vicinais é também viver em espaços-limites da existência. Chamo de espaço-limite os lugares aonde decisões e enfrentamentos acontecem, antes de qualquer concepção e/ou representação dos mesmos, seja pela ciência, política de Estado ou marco jurídico que transformam a relação quente entre seres humanos e ambientes – unidade entre os corpos sensíveis e a extensão além – em um sistema explicativo e cirurgicamente coerente, como se pudessem recuperar a fragmentação imposta a estes corpos através de uma teoria.

No basta uno *status* para repudiar la fragmentación del cuerpo, la localización y la disociación de las funciones (gestos, ritmos) provocada por la división del trabajo. El *cuerpo mosaico*, contrapartida e contrapunto de um saber mosaico, el cuerpo em migajas no recupera su integridade porque se cambie su *status* teórico e incluso social (LEFEBVRE, 2010, p. 267).

As palavras de Lefebvre são frutos de sua interpretação do pensamento de Nietzsche, questionador desta “vontade de poder” que se esconde na vontade de saber, especialmente o saber estatal ou a serviço do Estado, dissociando a vida de sua conceitualização para melhor classifica-la e, em certo sentido, destitui-la de sua potência inesgotável.

Espaço-limite é resultante do diálogo geográfico que travo com Jaspers (1958, 2011), que se refere às situações-limite como o limite da existência empírica, a tal ponto que se constituem verdadeiras paredes contra as quais nos chocamos, mas fracassamos na tentativa de atravessá-

¹⁵ Assim como determinadas técnicas produtivas exercidas pelos moradores podem degradar o ambiente, embora não consigo entender porque eles são impedidos pelo IBAMA de fazer suas roças, mas os grandes proprietários não? Bom, na realidade é possível levantar algumas hipóteses em contundentes desta assimetria, mas não é o foco central deste ensaio.

las, de modo que não podemos modifica-las, apenas torna-las mais claras – a morte é um exemplo de situação-limite.

É no *entre lugares* que a morte acontece, assim como o sofrimento da perda da terra, sem razão aparente – quando da ação de jagunços contratados ou por práticas de grilagem¹⁶. Este fracasso, revelado na existência empírica, se presta à múltiplas apropriações entre os que vivem nas vicinais, justamente para clarifica-la e melhor senti-la, como revela este fragmento de poema:

Deus mandou lhe escolher entre muitas autoridades de Pacajá/Para se levantar de sua cadeira./E a nós do PA [Projeto de Assentamento] nos ajudar/Se ele é com você muitas bênçãos vai lhe gratificar./Por você não ter diploma só ganhar./Como fazer muitos que querem os pobres massacrar./(...) A você vou contar o que aqui esta acontecendo./Por causa dos pobres querem ser felizes estão morrendo./Suas roças não podem fazer por não poder desmatar./Só depois que a madeira ser retirada é que algumas linhas podemos desfrutar/Por causa da madeira já morreu algumas pessoas. E mais ira morrer./Se uma autoridade como você não quiser nos socorrer¹⁷.

Porém, é deste fracasso no limite da existência que algumas alternativas políticas do lugar estão surgindo! Para além das tentativas de apreender a vivência no lugar, e este ensaio se inscreve como uma delas (ainda que não pretenda explicar e sim compreender esta realidade geográfica). Os que vivem, morrem e sofrem perdas traumáticas nas vicinais, tendem a constituir ligações fortes em um sentido de comunidade que reforça o pertencimento ao lugar, assim como abre a possibilidade de resistência política dos mesmos.

Nesse sentido, as situações-limites mantém sua inevitabilidade, porém, partilhar das mesmas coloca os moradores diante das condições que os projetam para tais situações. Esta copresença e coexperiência, no limite da existência, são o combustível para solidariedades poderosas, que vão desde o cuidado uns com os outros quando dos períodos de malária, como revelou Joana Lima em seu depoimento, até o fechamento da Transamazônica como protesto pela expulsão de famílias de assentamentos por jagunços.

O lugar, portanto, enquanto expressão da vida, onde seu limite se realiza e também a sua abertura, dialeticamente instável (MERLEAU-PONTY, 2012), não é tratado aqui como conceito e sim categoria da existência, haja vista que “o sujeito e o lugar são, cada um, constitutivos do outro. Os diversos conceitos utilizados (território, região, etc.) tornam-se, nessa perspectiva, subcategorias dessa relação geral” (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2012, p.108). O lugar se torna a possibilidade geográfica de compreensão e abre – ou foca – nossos olhos na emergência de ações solidárias, politicamente engajadas sem que haja um programa oficial de partido ou uma estrutura fortemente hierarquizada e do fazer-se coletivo (ainda que a ação dos sindicatos rurais, dos movimentos de lutas pela terra e contra barragens se façam presentes, é a vivência no

¹⁶ Jagunços são pistoleiros, normalmente contratados por fazendeiros, para “proteger” suas terras ou realizar ataques a terras de pequenos produtores. Matam homens, mulheres, casais, para impor um terror local. Já a grilagem, é a prática de falsificação de documentos e títulos de propriedade de terras, haja vista que muitos pequenos produtores não têm a titulação registrada ou herdaram a terra de seus antepassados há muito ocupantes, porém, fora do sistema jurídico do Estado, o que potencializa a disputa pela terra e a legalização de grandes proprietários ilegais.

¹⁷ Poema *Socorro, Socorro*, 2012. A autoria permanecerá no anonimato por razões de segurança.

espaço-limite que motiva e produz sinergia entre as famílias). O ato de constituir o lugar – a copresença e o partilhamento de coexperiências – pode efetivar esta lugaridade, sua reunião (RELPH, 2012) no *entre lugares*.

Genealogia da Paisagem Geográfica da (trans)Amazônia: Cartografias da Inexistência

A primeira parte deste ensaio foi mais longa, espero que não exaustiva, porque tinha que explicitar alguns elementos centrais da vivência nas vicinais transamazônicas. A exposição se justifica para que não percamos de vista a realidade cotidiana dos indivíduos, famílias, comunidades e grupos de intersubjetividade que produzem seus lugares.

Além disso, os elementos desenvolvidos na primeira parte devem se chocar – e esta é nossa intenção – com a imagética que a Geografia produz sobre a Transamazônica, tópico central desta sessão.

A geografia há muito se debruça sobre a Amazônia para daí criar imagens e entendimentos. Digo criar porque o conhecimento é, mesmo que muitos não concordem, um processo criador. Claro que esta perspectiva não é nova, remonta a Nietzsche e a pensadores que são taxados de idealista ou “irracionalistas” (CARLI, 2013; entre muitos outros). Não há escopo para refutar a argumentação – alguns até bastante injustos, outros claramente frutos de uma leitura empobrecida, dos taxadores¹⁸. Ainda que estivessem certos, fica a questão: “vamos jogar a água da bacia fora junto com a criança”?

As imagens¹⁹ a seguir são recorrentes em nosso “acervo imaginário” sobre a Transamazônica. Alguns podem ter alguma outra compreensão deste *sistema de engenharia*, porém, a minha experiência, seja em pesquisa de campo nas vicinais, processos de formação na estrada e diálogo com professores em diversos pontos do Brasil, me autoriza a dizer que: estas são as imagens majoritariamente identificadoras da Transamazônica! O que sempre me deixa pasmo, embora compactuasse delas antes de mergulhar na vida à beira da Faixa²⁰.

¹⁸ Para uma leitura bem direta e introdutória das críticas ao pensamento fenomenológico, sobretudo de Husserl, Cf. *Fenomenologia e Questão Social: limites de uma filosofia*, de Ranieri Carli. Embora, voltado para o serviço social, os primeiros capítulos criticam de maneira “imaneente”, segundo o autor, a Fenomenologia e o Existencialismo – sim, colocando os dois no mesmo balaio – a luz do método “marxista”, o que não é nenhuma novidade. Entre argumentos: afirmações que a fenomenologia não reconhece “o que há de humano nas coisas” (p. 31); acreditar que Merleau-Ponty, Sartre e Husserl permaneceram os mesmos; não diferenciação entre a proposta de Husserl e Heidegger (p. 39) e elegia ao marxismo como único método que restitui a racionalidade e valoriza a história... alguém falou a Carli sobre a diferença entre história e historicismo? – a velha ilusão da expulsão da subjetividade para se atingir uma verdade objetiva e explicativa, como se isto fosse restituir a unidade do corpo do trabalhador fragmentado pela divisão do trabalho, diria Nietzsche. Mas exigir que um marxista enxergue para além da estrutura estruturante-estruturada e aposte na vida sem uma teleologia criada (e não descoberta, como Carli acredita religiosamente) já é pedir demais. Apesar de tudo, recomendo a leitura.

¹⁹ O mais interessante é que tomamos tais imagens por “paisagens”, no sentido estritamente geográfico, alçando uma fotografia a um conceito explicativo de parte da realidade espacial, doutrinados que estamos em apreender a paisagem enquanto “forma” do espaço, uma tradição saueriana que nos chegou por geógrafos de envergadura, tais como Santos (2002; 2004), normalmente simplificada – ainda que com ressalva em *A Natureza do Espaço* – foi tomada desta maneira por grande parte dos geógrafos e ensina assim na educação básica, mesmo com produções existencialistas e fenomenológicas de maior fôlego conceitual. Cf. BERQUE, 1999; por exemplo. Vale ressaltar, porém, que o conceito proposto por Santos faz parte de uma “família de conceitos”, da qual a paisagem não deveria ser dissociada, embora muitas vezes o seja.

²⁰ Assumo qualquer responsabilidade sobre este tom pessoal que, se por um lado pode soar soberbo, por outro, e é esta a intenção, é a expressão de alguém que tenta compreender esta distância absurda, entre a realidade e o que a Geografia aborda, quase duas dimensões do universo que, vagamente, se assemelham.



Figuras: 2 – Transamazônica, 1971. Autor: Pierre Monbeig.; **3** - Visão aérea de trecho da Transamazônica, 2011. Fonte: Revista Veja (on-line), autoria: www.tyba.com.br; **4** – Detalhe do Mapa do Brasil demarcando a BR-230 ou Transamazônica (BIT- Banco de Informações e Mapas de Transportes, 2009).

Bem, sempre a experiência de alguém pode ser contestada, ainda assim a prefiro – primeiro porque é minha e, portanto, honesta comigo mesmo e com quem dialoga sobre esta espacialidade – segundo, ao menos tenho uma, coisa que falta a grande parte dos geógrafos que discutem o campo à beira da Transamazônica ou mesmo a Amazônia de uma maneira geral²¹.

Essa atitude já antecipada por Saint-Expéry no clássico *O Pequeno Príncipe*, o geógrafo que não vai ao campo e apenas toma nota dos viajantes que fazem o trabalho de campo, tem produzido uma imaginação geográfica (SAID, 2007) e uma imaginação espacial (MASSEY, 2009) que, ousado dizer, combinadas, nacionalmente contextualizadas e, não efetivamente superadas, produzem o que chamo de “decretos de inexistência do lugar transamazônico” (PANTOJA, 2014). Said (2007, p. 91) demonstra que

[...] essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é “o nosso”, e um espaço não familiar além do “nosso”, que é “o deles”, é um modo de fazer distinções geográficas que *pode* ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra “arbitrário” neste ponto, porque a geografia imaginativa da variedade “nossa terra-terra bárbara” não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. Basta que nós tracemos essas fronteiras em

²¹ Aqui não discuto detalhadamente esta visão geográfica acerca da Amazônia, para tanto, desenvolvo outro artigo, denominado Educação do campo à beira da “faixa”: a (in)existência do lugar enquanto espacialização do fenômeno, mimeo, 2014.

nossas mentes; “eles” se tornam “eles” de acordo com as demarcações, e tanto o seu território como a sua mentalidade são designados como diferente dos “nossos”.

Não vou me ater ao uso devido ou não de termos-conceitos caros aos geógrafos; também não vou superficializar o debate que Said levanta, muito menos descontextualizá-lo – nos interessa aqui o paralelo, que desenvolveremos mais na próxima sessão, entre o que vivencia o “mundo oriental” que Said explicita frente ao “ocidente” que o apreende; e a Transamazônica frente ao conhecimento geográfico produzido sobre esta espacialidade; como é difundido, seja como saber, seja como equívoco ou, até mesmo, inexistência, pelos livros didático e, claro, pelos geógrafos que o produzem e os avaliam como “padrão MEC”.

Em uma versão estritamente geográfica, Massey (2008), aprofunda as chamadas imaginações espaciais, visões solidamente reproduzidas que pensam o “outro” como se a nossa espera, vivendo num *espaço liso e sem história*, enquanto nós, ativos e cheios de histórias, os conquistamos.

Os paralelos com a espacialidade vivida à beira da Transamazônica, podem ser evidentes, porém, é deste “óbvio” que retiro uma reflexão ainda mais desconcertante e, acredito, pedagogicamente necessária, não apenas para os professores da educação básica – quase sempre questionados de maneira injusta por outros, em posição assimétrica na hierarquia educativa institucionalizada (SANCRISTÁN, 2006) – mas, sobretudo, para os doutos universitários.

Bourdieu (2000) levanta a questão de como a aparência de cientificidade e a normatização dos discursos acadêmicos, muitas vezes, apreendem o senso comum pela mera transcrição deste, travestida de ciência. Ainda desconfio de certa pretensão de ciência, de pureza e coerência inabalável, que o próprio Bourdieu afirma ser preciso perseguir, para se atingir um estatuto de cientificidade que mereça tal referência. Porém, mesmo que discorde em certo nível de Bourdieu, sua crítica em relação ao *senso comum douto* é válida.

Este senso comum douto é uma mistura de repetição erudita do conhecimento de superfície e a manutenção desta repetição como realidade ou, o que é mais preocupante, como profundidade científica da problemática do real. Pois bem, concordamos que as imagens expostas anteriormente são o que normalmente sabemos sobre a Transamazônica, portanto, um conhecimento relativamente comum. Entretanto, esta constatação nos leva a duas perguntas incômodas: a) Por que a geografia, enquanto ciência que deve estudar o espaço, continua persistindo nestas mesmas imagens espaciais? b) Estas imagens são portas de entrada para revelar realidades efetivas ou escondê-las?

O senso comum douto seria a resposta mais imediata para a primeira pergunta e, por extensão, estaria intimamente relacionado com a resposta – ou ausência dela – no caso da segunda.

Se nossos livros didáticos pretendem uma “iniciação” para a compreensão da realidade geográfica brasileira, amazônica e transamazônica, somos responsáveis pelo saber que acreditamos

construir, que normalmente reproduzimos, quase sempre tomamos como verdadeiro sem desconfiar e que didatizamos – o termo parece ser “transposição didática” – sem autocrítica. Nosso *sensu comum* douto se efetiva como porta para a realidade geográfica aos professores da educação básica e estudantes.

Moraes (2005) aponta para a limitação dos estudos que restringem o debate acerca do que ele vai chamar de “ideologias geográficas”, em torno dos conteúdos estritamente geográficos ligados ao ensino, e concordamos com ele. Porém, é meu foco central neste texto a educação e seus conteúdos em relação a uma geografia didatizada e chancelada – as editoras estampam um selo “aprovado pelo MEC” em seus livros – que veicula um tipo de vida no campo na Região Amazônica, tendo como particularização a Transamazônica.

Se é uma limitação não articular aos outros níveis de processos estruturais, o admito; mas também admito que estas conexões estruturantes podem, em certa medida, ser arbitrárias e retirar o foco da existência nos espaços-limites dos lugares que evidencio, porque não quero dar um tom de superficialidade e inviável aprofundamento nos temas que levanto, como o próprio livro de Moraes, apesar de todos os méritos, acaba fazendo, porque não leva à cabo a proposta de ir além dos conteúdos didáticos para questionar a dimensão política do saber geográfico.

Não falo dos simples erros, e eles existem!²² Muito embora as resenhas do *Guia do Livro Didático do MEC - 2014*, sejam, quase sempre, polidas e elogiosas. Analisando as três obras mais “escolhidas” para o ensino fundamental – 7º ano, *Expedições Geográficas*, *Geografia (Coleção Araribá)* e *Geografia (Projeto Téleris)*, é onde se aprofunda a discussão do território brasileiro e suas regiões, o termo Transamazônica é praticamente ausente, aparece uma vez e sempre ligada à velha crítica ao desenvolvimentismo dos anos 70, no contexto da ditadura militar e dos projetos faraônicos (VESENTINI; VLACH, 2012, p. 167). Embora seja importante frisar que neste ponto do texto se faz uma crítica ao uso fragilizado da navegabilidade dos rios na região, priorizando as estradas.

Porém, na referida coleção (Teláris) assinada por Vesentini e Vlach (2012), vemos as sutilezas de uma mudança do pensamento sem uma efetiva renovação empírica, o que enfraquece a própria concepção teórica autodenominada crítica. A título de exemplo, uma ilustração [aqui não reproduzida pelo tamanho do arquivo] em que trabalhadores cortam madeira, o índio refletido no rio olha triste em sua impotência e o povo (ativo) da cidade de São Paulo protesta contra as mazelas que ocorrem na Amazônia, no caso, a criação da Usina de Belo Monte.

Nahum (2012), ao discutir os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), aponta para as representações construídas que aprisionam a região em um modelo de realidade que não é real,

²² Para uma leitura mais atenta sobre o processo de desenvolvimento dos critérios para o Guia do Livro Didático de História e Geografia, embora relativamente datado, extremamente instrutivo quanto ao processo de ser avaliador e construção dialógica dos critérios de avaliação e busca efetiva pela melhoria do padrão dos livros didáticos disponibilizados, sugiro *Livros Didáticos de História e Geografia – Avaliação e Pesquisa*, organizado por Maria Encarnação Beltrão Sposito, 2006. Para o entendimento dos tipos de erros comuns aos livros que foram sendo superados, cf. *O Processo de Avaliação do Livro Didático de Geografia, uma aposta no futuro*, de Marília Peluso, no mesmo livro.

mas que se efetiva enquanto tal por força do plano. Este modelo pode ser, *grosso modo*, definido por algumas características: a) o homem é apenas um número (população), quando aparece enquanto ser ativo, é um agente destruidor da floresta; b) A Amazônia assume a centralidade de um sujeito, e não resultado e condição para a construção humana; c) as diferenciações internas são apagadas, de modo que se compreende a Amazônia como um espaço homogêneo; d) A natureza é um recurso a ser dominado e explorado; e) as diferenciações humanas são subestimadas e, efetivamente, ignoradas.

Acrescento aqui, consubstanciando a proposição de Nahum (2012) que: 1. As populações tradicionais são percebidas como passivas, esperando o desenvolvimento chegar para mudar suas vidas paralisadas no tempo e sem dinamismo espacial; 2. Os processos de contestação tendem a ser vistos como uma tomada de consciência de fora, do mundo, do país, do povo brasileiro; não dos próprios amazônidas e, sobretudo, dos amazônidas que vivem no espaço rural; 3. A urbanização se coloca como chave para o desenvolvimento, bem como a industrialização correlata; 4. O progresso gera efeitos colaterais inevitáveis, que precisam ser minimizados com uma “sustentabilidade” alternativa, técnica e cientificamente produtiva e afinada com o mercado, aonde o sentido de desenvolvimento não é questionado, muito menos repensado.

O inacreditável é que tais ideias, que juntas perfazem um *ethos*, uma imaginação geográfica e espacial (SAID, 2007; MASSEY, 2008), não é restrita ao planejamento de Estado para a Amazônia, atravessa, enquanto trajetória constitutiva portadora de uma intencionalidade o processo educativo, porque geopoliticamente pensado para configurar uma dada visão, muito difícil de questionar porque muito coerente na sua construção e, sobretudo, porque produzida, avaliada e rubricada por geógrafos que se destacam no ato de pensar o Brasil, o território, os lugares, as regiões, a própria educação geográfica em perspectiva crítica.

A Amazônia, sobretudo no texto do livro *Expedições Geográficas* (ADAS, M; ADAS, S., 2011), é fatiada em quadros – natural, econômico, social – e elevada ao estatuto de ser, ente, com vontade própria, ou falta dela.

Tais livros estabelecem uma aproximação ao que Kosic (2005) chamou de pseudoconcreticidade, mundo das representações fetichizadas, porém, nos parece que a saída não é exatamente a totalidade (KOSIC, 2005; SARTRE, 2002; SANTOS, 2004), como se esta fosse apreensível pela construção meticulosa de um “modelo dinâmico” que apreendesse as relações mais fundamentais de uma dada estrutura(ação) e as explicasse em sua pura verdade desnuda. Não, a saída é justamente o inverso, mergulhar na lugaridade efetiva do mundo da vida tematizado por tais representações, para daí construir uma radicalidade que dialetize o *Mundo da Vida* e o *Mundo do Sistema* (HABERMAS, 2012); e criar condições à compreensão da instabilidade dialética (MERLEAU-PONTY, 2012) na interpretação dos fenômenos que são simplificados por um tipo de dialética amarrada, controlada, utilizável e utilitária, vendida como verdade nos livros didáticos e aprovada por eminentes geógrafos.

Entre o Saber-poder e o saber-viver, não é uma conclusão

Sempre é possível defender a cientificidade que produz o saber e os processos de didatização que comunicam tal saber. Em comunicação pessoal com Peluso (2014), ficou evidente a importância de um instrumental como o Plano Nacional do Livro Didático, bem como processos de avaliação que garantam a correção de distorções graves na comunicação da espacialidade geográfica brasileira e global, sobretudo no processo de formação educativa fundamental e média em nosso território.

Também é evidente a dificuldade de realizar uma discussão regional – e do lugar – mais aprofundada, que seja ao mesmo tempo significativa e não simplista, em termos de livros didáticos, pra turmas de 7º ano e que tenham capacidade de dialogar com os estudantes dos mais distantes lugares do Brasil.

Aqui a questão de escala revela sua força e, estranhamente, sua argumentada fraqueza, porque é preciso um esforço teórico e didático para fazer esta trajetória do geral (território) ao específico (lugar), passando pelo particular (região), e manter uma unidade do discurso acerca do saber.

Bom, essa dificuldade é defensável e coerente, mas justamente por isto é inaceitável – se não conseguimos criar maneiras de transposição do saber geográfico que avança no entendimento sobre a complexidade do território, de modo que chegue a estudantes em formação que, seguramente, não serão geógrafos, mas têm o direito de compreender a complexidade escalar do território que vivem – para que serve e, sobretudo, para quem serve o saber que criamos? Um saber cada vez mais distanciado do real, ou da realidade para não ferir os mais exigentes ouvidos.

Quando falo das populações que vivem nos espaços rurais amazônicos e que usam os mesmos livros didáticos do PNLD e do GUIA, essa distância não é apenas conceitualmente evidente, ela é existencial!

Soma-se a justificativa escalar, duas outras, também coerentes e defensáveis – a cognição e a urbanidade inescapável. Não cabe aqui discuti-las, só tenhamos em mente que a cognição aponta para um nível de desenvolvimento específico e detectável dos estudantes em relação a suas idades, o que deveria delimitar o que pode ser ensinado ou não, mas que deveria ser pensado em *como pode* ser ensinado ou não; a urbanidade incontornável anuncia que é o mundo que já vivemos (SOUZA, 2006).

Nesse mundo o campo é um apêndice prestes a ser cortado, muito embora, haja questionamentos cada vez mais ponderados sobre esta tendência irrevogável e esta argumentação urbanocêntrica (HAGE, 2005) que torna o campo um passivo, tecnicamente menos denso, uma pretendida extensão da urbanidade no âmbito de uma revolução urbana virtual (LEFBVRE, 1999) hoje, apressadamente, já efetivada (OLIVEIRA, 2010), dirigindo um pensamento que canibaliza o campo e a vida para conformá-la a uma tipologia cujo centro da rede, na Amazônia, só pode ser o urbano, uma *urbanodiversidade* (TRINDADE Jr., *et. all.*, 2011) – numa arbitrariedade do

pensamento que controla a dialética em modelos explicativos e não interpretativos, abstraídos e não vividos no calor da existência humana. Ao que me consta, a vida, inclusive coletiva e socialmente espacializada, pode se articular em outras redes que, embora não desprezem as cidades, não são sugadas para o “buraco-negro” urbano como gados ao matadouro, aí o *resíduo* lefbvreano deveria ser mais radicalizado, para pensar o campo e a vida no campo, mas deixo isto para os dialeticamente comportados pensarem.

Poderia sugerir leituras contestadoras desta perspectiva, desde as mais estatisticamente fundamentadas (VALADARES, 2014), até as humanamente engajadas (HAGE, 2005), entretanto, confronto esta *geopolítica brasileira da imaginação geográfica* ao Mundo da Vida (HUSSERL, 2012), não a partir de uma atitude ingênua, mas a partir da perspectiva existencial (JASPERS, 1958), evidenciando a geograficidade (DARDEL, 2011).

A geografia, antes de reflexão cientificizada é ato, é uma realização humana que evidencia um fenômeno básico da existência, inclusive da existência refletida – como arte, ciência ou outro saber – a espacialização experimentada e criada pelos seres humanos!

Se numa ponta estamos nós, bom, me incluo porque pertença ao grupo que se identifica como geógrafos e, como todos, tenho culpa no cartório – acostumados a *vampirizar* grupos sociais em sua espacialidade vivida, *mamíferos de luxo*²³ chamados a legislar sobre o que deve ser ensinado e que tipo de guia devemos oficializar, quase sempre estamos distantes da vida amazônica, ainda mais da vida no campo amazônico e, como se já não fosse possível, quase desconectados com a vida transamazônica.

Estamos decretando a inexistência da vida à beira da Transamazônica, enquanto pensadores do espaço amazônico, estamos assumindo um compromisso – e alguém ganha com ele – de negação de milhares de famílias que produzem uma geografia em ato (DARDEL, 2012) e não se reconhecem na geografia dos livros que afirmam contar, de maneira crítica, a geografia (trans)amazônica.

Em grupos focais de discussão, realizados em Janeiro e Julho de 2013, as falas das professoras são reveladoras:

Os livros falam muito de grandes cidades, de São Paulo, de Rio de Janeiro, muito pouco de nossa região (Professora Elieth Silva, Julho de 2013).

Tem o conteúdo lá e temos que dar conta dele, a coordenação pedagógica nos cobra isso, aí ficamos nos livros (Professora Alzenaide N. S. Porto, Julho de 2013).

Em alguns momentos saímos dos livros, nas festinhas da escola, nas datas comemorativas, trabalhamos outras coisas, com materiais e coisas daqui, mas só nestes momentos, porque é difícil, não é simples pensar isto com o multisseriado (Roseane Marçal de Lima, Fevereiro de 2013).

Quando chegou o material da Escola Ativa (programa nacional que visa melhorar a qualidade das escolas multisseriadas do Campo através de diversas estratégias pedagógicas), os professores daqui da cidade [Pacajá] ficaram com todo o material, porque a Secretaria Municipal determinou um dia para todos pegarem, mas nós que

²³ Creditamos o termo a uma professora que, infelizmente, não recorro o nome, em comunicação pessoal, no SINGA 2013, em conversa breve e bastante informal.

trabalhamos no campo e distante nem ficamos sabendo (Professora Maria Bastos, Fevereiro de 2013).

As relações assimétricas – cidade e campo – persistem no acesso ao material didático diferencial; soma-se a isto, a ambiguidade que o livro se torna nestas realidades, de um lado o único material didático disponível, por outro lado os que vivem o campo á beira da Transamazônica não se reconhecem nele e não conseguem superá-lo, salvo em momentos pontuais, como as datas comemorativas.

Não é apenas uma questão de não se reconhecer – é o tipo de indução que o livro didático pode repercutir, como na fala a seguir:

Já vem pronto o plano de aula, né? Então copiamos muito do que tá no livro, facilita o nosso trabalho, temos que entregar, é uma exigência, mas muita coisa dali a gente não usa²⁴.

Essas coisas não se podem falar em sala de aula, é cutucar onça com vara curta, vemos muita coisa, mas temos que ir fazer nosso trabalho certinho e fingir que não vemos [docente do campo falando sobre os conflitos de terra, as desigualdades, que não entram no debate geográfico das escolas]²⁵.

Copiar os planos de aulas já inscritos nos livros se tornou uma prática, dada exigência das coordenações pedagógicas em relação ao cumprimento do conteúdo do livro – copiar para entregar oficialmente e não usar de fato! Contradição que, em si, é potencialmente dialética: não usar significa tanto rebeldia diante da oficialidade e, ao mesmo tempo, diante do que está nos livros; porém, não usar revela a dificuldade de adaptar o conteúdo à realidade do lugar. Realidade extrema, como a segunda fala revela, realidade que os livros anunciam lateral e genericamente, descomprometidos com as realidades, mais interessados em cumprir as normatizações “padrão MEC”.

Ambiguamente também, o livro didático é superestimado, em função das carências variadas nas *escolas no campo*, que não podem ser efetivamente “escolas do campo”,

[que] busca[m] cultivar um conjunto de princípios que devem orientar as práticas educativas que promovem – com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar à formação de um postura na vida, na comunidade – o desenvolvimento do território rural, compreendido este como espaço da vida dos sujeitos camponeses [...]. [as escolas são] protagonista[s] na criação de condições que contribuam para o desenvolvimento das comunidades camponesas, desde que se promova no seu interior importantes transformações tal qual já vem ocorrendo em muitas escolas no território rural brasileiro, que contam com o protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de seus projetos educativos e na sua forma de organizar o trabalho pedagógico (MOLINA; SÁ, 2013, p. 327).

Mesmo concordando com Molina e Sá (2013), temos que ter clareza que a escola do campo é um projeto, e como tal, deve ser posto em movimento no acontecer, na vivência cotidiana dos grupos de trabalhadores rurais que almejam para seus filhos uma escola que seja ponte para futuridade, como registrei em diversas conversas com pais de estudantes que vivem na “zona rural” entre

²⁴ Professora L.P. S., Fevereiro de 2013. Neste caso, omitimos o nome por uma questão de ética para com a docente.

²⁵ Professor D. C., docente na sede municipal em Anapu, mas que trabalho na “zona rural”, entrevista realizada em Fevereiro de 2014.

Pacajá e Anapu, primeiro em formação de professores e depois como coordenador do projeto que resultou no documentário *À Beira da Faixa* (2014). Nesse sentido, enquanto projeto, sua existência se dá no enfrentamento cotidiano em *espaços-limites*, os lugares aonde o acontecer humano se defronta com o fracasso e a liberdade, a partir de posicionalidades coletivas e pessoais diante das condições mortalmente desiguais, jamais capturadas nos livros.

Quero dizer com isso que os livros deveriam funcionar como documentos da realidade, como testemunhas de seu tempo e espaço, como dinamizadores dialógicos das existências entre lugares, entre pessoas que partilham *coexperiências* sem viverem *copresenças* e, ao mesmo tempo, explicitar a diversidade incontornável da experiência do espaço – não em uma visão genérica e repetitiva: o negro, o índio, o urbano, o rural, o homem, a mulher, mas em sua evidência problematizadora das condições de vivência – um documento de vontade de mudança, vontade partilhada entre diferentes.

Não penso que apartar a realidade do campo em relação a cidade vá resolver a problemática, criando um tipo exclusivo de educação, mas penso que a *Educação do Campo* deve lutar pelo espaço de autonomia pelo qual seus representantes e protagonistas vêm lutando, porque pode contribuir para repensar a própria dinâmica de feitura dos livros didáticos – em escritórios editoriais nos grandes centros urbanos do eixo Rio-São Paulo – em prol de uma ação comunicativa (HABERMAS, 2012) mais lugarizada, mais “pé no chão” e mais participativa, ou pelo menos mais honesta na admissão do fraco diálogo com os professores, estudantes e realidades do *campo transamazônico*, aqui referido como um espaço particular, mas potencialmente relacionável a outros contextos (MERLEAU-PONTY, 2012).

Uma geografia, enquanto discurso de saber, precisa evidenciar e repercutir esta realidade; precisa assumir uma cartografia da vida concreta, precisa chocar-se contra o modelo padronizado e comportado que assegura, de um lado ganhos de prestígio, financeiros; e, por outro, decreta inexistência, produz irreconhecimento, desconhecimento e harmonização da realidade porque genérica, uma dialética raquítica que não admite sua incapacidade de estabelecer comunicação didática com a realidade que diz capturar.

Referências Bibliográficas

- ADAS, M.; ADAS, S. **Expedições Geográficas – 7º ano**. São Paulo: Moderna, 2011.
- BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia**. In: Estudos Avançados, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>, acesso em 20.03.2013.
- BELLO, A. A. **Cultura e Religiões**. Uma Leitura Fenomenológica. São Paulo: EDUSC, 1998.
- BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- BERDOULAY, V.; ENTRIKIN, N. **Lugar e Sujeito - Perspectivas Teóricas**. In: MARANDOLA Jr., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BRITTO, G. C. **Prestação de serviços ambientais em unidades de produção Familiar rurais no município de Pacajá - território da Transamazônica – Pará - Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Belém, 2010.

BONNEMAISON, J. **Culture and Space**. Conceiving a New Cultural Geography. London/New York: IB Taurius, 2005.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARLI, R. **Fenomenologia e questão social**: Limites de uma filosofia. (Coleção didática do serviço social, v. 1). Campinas: Papel Social, 2013.

CORDEIRO, R. C. **Relatório de Formação de Professores em Pacajá e Anapu**. (mimeo), Belém, 2004;

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**. Natureza da Realidade Geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GONÇALVES, C. V. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**. Racionalidade da Ação e a Racionalização Social & Sobre a Crítica da Razão Funcionalista. vol. 1-2. São Paulo: WMF Martin Fontes, 2012.

HAGE, S. M. Desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: HAGE, S. M. (Org.). **Educação do Campo na Amazônia. Retratos de Realidade das Escolas Multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2005.

_____. **Por entre águas, campo e floresta** – a contribuição do PRONERA para a democratização da educação superior nos assentamentos rurais da Amazônia paraense. In: 36ª Reunião Nacional da ANPED, Goiânia, 2013. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt03_trabalhos_pdfs/gt03_3043_texto.pdf. Acesso em 03.02.2014.

HERRERA, J. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. (Tese de Doutorado). Universidade de Campinas. Departamento de Instituto de Economia. Campinas, 2012.

HUSSERL, E. **A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

KOSIC, K. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JASPERS, K. **Filosofia**. Tomos I e II. Madrid: Universidade de Puerto Rico, 1958.

_____. **Introdução ao Pensamento Filosófico**. São Paulo: Cultrix, 2011.

LEFEBVRE, H. **Hegel, Marx, Nietzsche**. O el reino de Isa sombras. Mexico, DF: Siglo XXI editores, 2010.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MERLEAU-PONTY, M. **O Visível e o Invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MOLINA, M.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. et. all. (Orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. 3ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

MOARES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

MUELLER, C. W. **Pioneer Roads and Modernization of Brazilian Amazonia Ocidental**. (Tese de Doutorado) University of Miami. Faculty of Philosophy. Miami/Flórida, 1975.

MONT'ALVÃO, A.; NEUBERT, L. F.; SOUZA, M. F. Espaço e Tempo na "Teoria da Estruturação". In: **Revista de Ciências Sociais**, Política e Trabalho, n. 35, Out. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/12615/7296>, acesso em 03/12/2014.

NAHUM, J. S. Região e Representação: A Amazônia nos PDAs. In: **Geocrítica**, v. XVII, n. 985, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm>, acesso em 12.05.2014.

NETO, N. R. **Políticas Públicas em Educação para Assentados da Reforma Agrária**. O caso do PRONERA Saúde na Transamazônica. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Educação Belém: 2012.

OLIVEIRA, M. P. Espaço e política - tecendo o espaço público na sociedade urbana contemporânea. **La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación**. **Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Buenos Aires, 2010. Disponível em: www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/668.htm, acesso em 20.08.2014.

PANTOJA, W. W. R. Transamazônica ou a Faixa – Repensando a educação do campo a partir das vozes do lugar. In: **Revista Trilhas**. Belém: Editora da UNAMA, 2012. Disponível em: http://www.unama.br/editoraunama/attachments/article/140/revista_trilhas_v14_n27_2_jan_dez_2012.pdf#page=75, acesso em 20.05.2014.

PANTOJA, W. W. R. (Trans)amazônica e educação: imaginações espaciais e negação do ser. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geografia**. Vitória, 2014. Disponível em: www.cbg2014.agb.org.br, acesso em 13.08.2014.

PELUSO, M. **Comunicação Pessoal**. Brasília: UNB, 2014.

PEREIRA, A. C. S. Lições da educação do campo: Um enfoque nas classes Multisseriadas. In: HAGE, S. (Org.). **Educação do Campo na Amazônia. Retratos de Realidade das Escolas Multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2005

PEREIRA, O. D. **A Transamazônica**. Prós e Contras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

RELPH, E. Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência do Lugar. In: MARANDOLA Jr., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012.

SAID, E. W. **O Orientalismo**. O Oriente como Invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SACRISTÁN, G. J. Tendências investigativas na formação de professores. In: PIMENTA, S. G.(org.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAINT-EXPÉRY, A. **O Pequeno Príncipe**. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SARTRE, J. P. **O Ser e o Nada**. Ensaio de Antologia Fenomenológica. São Paulo: Vozes, 2002.

SILVA, M. I. C. **Mulheres Migrantes na Transamazônica**: construção da ocupação e do fazer política. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Belém, 2008.

SPOSITO, M. E. S. (Org.) **Livros Didáticos de História e Geografia**. Avaliação e Pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

SOUZA, M. L. **A Prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, C. A. M. **A Estrada Invisível**: memórias sobre a Transamazônica. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em História. Niterói: 2012.

TAMER, A. **Transamazônica**. Solução para 2001. Rio de Janeiro: APEC editôra, 1970.

TRINDADE Jr., S. C. Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a Jusante do rio Tocantins. In: **Acta Geográfica**, ed. esp., 2011. Disponível em: <http://revista.ufrb.br/index.php/actageo/article/viewFile/544/607>, acesso em 21.08.2014.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**. Londrina: EDUEL, 2013.

VALADARES, A. A. O Gigante Invisível: território e população rural para além das convenções oficiais. In: **Texto Para a Discussão – IPEA**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1942.pdf, acesso em 19.06.2014.

VESENTINI, J. W.; VLACH, V. **Geografia 7º Ano**. Projeto Teláris. São Paulo: Ática, 2012.